

ENSINAR E APRENDER HISTÓRIA: MEMÓRIA E DEMOCRACIA

Emanuely dos Anjos Ferreira ¹

José Carlos Pereira Rodrigues ²

Leandro Cabral de Almeida ³

Rebecka Larissa dos Santos Dantas ⁴

Vitor Siqueira Gonçalves ⁵

RESUMO

O artigo tem como objetivo analisar as relações que estudantes da educação básica estabelecem com o ensino de história, destacando as possibilidades de desenvolvimento de uma consciência histórica, a partir da organização de atividades voltadas para temas da história do Brasil no tempo presente, em seu passado sensível e traumático, como a ditadura militar imposta em 1964. Partimos das experiências dos estudantes do núcleo do PIBID-História da Universidade Federal Fluminense como organizadores de uma atividade com os alunos do ensino médio do Instituto de Ensino Professor Ismael Coutinho (IEPIC/RJ), concentrada na exposição “Memórias Encontradas”, realizada na UFF. O objetivo é analisar as potencialidades do ensino de história no desenvolvimento de uma consciência histórica, cidadã e democrática a partir da discussão sobre temas como ditadura, democracia, tortura, e direitos humanos. Partindo da visita guiada pelos licenciandos do PIBID, contemplando um evento sobre as lembranças dos sessenta anos do golpe, a atividade se desdobra na organização de rodas de conversa realizadas na escola, a fim de refletir, a partir da escuta e conversa com os alunos, como o ensino de história pode gerar inquietações e aprimorar a criticidade no que tange essa temática, contribuindo para a formação de sujeitos defensores da democracia. Entendemos a conversa como uma metodologia rica, que possibilita uma maior proximidade com o estudante, criando um ambiente de trocas que nem sempre é possível numa aula convencional. Como aporte teórico, nos valem das contribuições de autoras como Nívea de Andrade e Carmen Sanches Sampaio, que tratam da questão da metodologia da conversa, bem como das considerações de Larrosa acerca do conceito de experiência. Esperamos contribuir para o debate sobre a capacidade do conhecimento histórico de reforçar o compromisso com os valores democráticos, em tempos de crise das democracias liberais e avanço do extremismo e de projetos autoritários.

Palavras-chave: Ensino, Conversa, História, Ditadura.

Introdução

¹ Graduanda do Curso de História da Universidade Federal Fluminense- UFF, emanuelyferreira@id.uff.br;

² Graduando do Curso de História da Universidade Federal Fluminense - UFF, jocarlos@id.uff.br;

³ Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro -CPDA-UFRRJ, professor supervisor do PIBID-UFF, leandrocabral@id.uff.br;

⁴ Graduanda do Curso de História da Universidade Federal Fluminense- UFF, rebecka_dantas@id.uff.br;

⁵ Graduando do Curso de História da Universidade Federal Fluminense - UFF, vsgoncalves@id.uff.br.





O cotidiano escolar é por nós percebido como um espaço de dinâmicas e trocas complexas, que não se esgotam na relação professor-aluno. Quando tratamos acerca do ensino de história, independentemente dos esforços por parte do professor em problematizar questões atuais, a aula convencional ainda apresenta limitações, sejam elas de caráter institucional, como os cinquenta minutos que compõem seu espaço de tempo, ou ainda aquelas intrínsecas à própria personalidade dos alunos, bem como a timidez e a insegurança em participar dos debates, além de muitas outras de diversas naturezas.

Nesse sentido, o que nos propomos a fazer é, a partir de conversas com um grupo de alunos, juntamente com nossas próprias experiências com o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência, explorar a potencialidade do ensino de história no que tange a formação democrática, cidadã e crítica, tendo como plano de fundo a visita à exposição “Memórias Encontradas: entre a solidariedade e a perseguição”, realizada na Universidade Federal Fluminense, que tratava acerca das ditaduras da América Latina. A metodologia escolhida baseia-se nas possibilidades que a conversa e a escuta trazem, por configurarem um meio mais informal e igualitário de diálogo com os estudantes, no qual buscamos não respostas prontas à perguntas rígidas, mas sim ouvir suas reflexões e inquietações. Como bem apontam Sampaio, Ribeiro e Souza, a arte de conversar, enquanto metodologia de investigação:

No una herramienta de recoleta de datos, sino más bien un modo singular de ponerse en relación, en escucha, en indagación a partir de lo que nos pasa y se pasa sin que podamos controlar, antever. En la conversación, en las retóricas de la conversación ordinaria, dice de Certeau, el entrelazamiento de las posiciones de los hablantes instaura un tejido oral sin propietarios individuales. Conversar es parte de la vida cotidiana de todos/as nosotros/as (RIBEIRO; SAMPAIO; SOUZA, 2022, p. 9).

Nessas conversas, buscamos fundamentalmente ouvir os estudantes, antes de quaisquer que sejam nossas próprias percepções acerca do ensino de história enquanto elemento formador de uma consciência cidadã e democrática. Dessa forma, acreditamos, aquele que é o centro do processo de ensino-aprendizagem –o aluno– pode expressar-se e se fazer ouvir, questionando, assim, uma estrutura de educação verticalizada. Almejamos, também, compreender melhor nosso próprio ofício enquanto docentes de história, nossas potencialidades e limites numa conjuntura política que põe em xeque a autoridade do historiador de tecer discursos sobre o real.

A visita à exposição: algumas reflexões





A exposição “Memórias Encontradas”, realizada na biblioteca da Universidade Federal Fluminense, tinha como tema a perseguição política nas ditaduras da América Latina e as redes de solidariedade e apoio estabelecidas entre as vítimas do regime. Os estudantes do ensino médio do Instituto de Educação Professor Ismael Coutinho (IEPIC-RJ) foram conduzidos à exposição por bolsistas do PIBID e, antes das considerações a respeito da temática e seu impacto ao público, outras questões se colocaram em pauta.

A UFF, embora geograficamente próxima ao IEPIC –apenas alguns metros de distância–, se encontra muito longe deste em termos de parceria e troca de experiências. Embora ocorram com certa frequência eventos sobre pesquisa, aprendizagem e tecnologia nas mais diversas áreas, alguns entraves se colocam no que diz respeito à visita dos estudantes do ensino básico ao espaço universitário. Em primeiro lugar, há a predominância no senso comum de que a educação se faz exclusivamente dentro da sala de aula, e o que foge a esse modelo é facilmente categorizado como recreação.

Além disso, embora propagandas de acesso ao ensino superior através de exames e vestibulares sejam comum nas redes sociais e mídias em geral, observamos uma ausência de tentativas de aproximação desse espaço com os alunos do ensino fundamental e médio. Salvo casos em que esses jovens têm parentes, amigos e conhecidos que estudem em alguma instituição universitária, a troca de informações é seriamente prejudicada, sobretudo se considerarmos que apenas 18,4% da população brasileira possui ensino superior completo, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Esse distanciamento expõe tanto a elitização ainda presente no acesso ao ensino superior, quanto a ausência de iniciativas por parte da universidade em aproximar-se das escolas públicas.

Isso nos permite fazer uma reflexão sobre a segregação desses espaços urbanos, e como os sujeitos se entendem como pertencentes a um lugar, mas não a outro. Segundo Miranda e Almeida: “a consciência da cidade é essencial à formação da consciência histórica” (ALMEIDA; MIRANDA 2014, p. 8-9). Dessa forma, o modo como a cidade é disposta e alocada molda a forma do próprio indivíduo enxergar a si, o mundo e o tempo à sua volta, pois é nela que ocorre a interação dos sujeitos.

A respeito da visita à exposição, algo que mobilizou bastante os alunos foi saber que crianças haviam sido presas durante os regimes ditatoriais. Eles também prontamente fizeram um paralelo acerca da perseguição política e a violência policial contra pessoas negras na atualidade, engajando-se no debate sobre discriminação e repressão de populações marginalizadas.



Resultados e discussão

Posteriormente, conversamos com um dos alunos do curso de Formação de Professores do IEPIC que visitou a exposição, e que atualmente cursa pedagogia na UFF, a respeito da importância de uma educação democrática, e da necessidade de reafirmar esses valores no ambiente escolar. Para ele, a escola cumpre uma função essencial no que diz respeito à tomada de consciência dos sujeitos. Matérias como filosofia e sociologia, por exemplo, que sofreram uma drástica redução de carga horária com o Novo Ensino Médio, foram consideradas por ele de suma importância no que tange o pensamento crítico e o exercício à reflexão.

O ambiente escolar, segundo o aluno, também é propício à colaboração e socialização, na medida que permite e estimula o contato com o diferente, tendo, por consequência, a tolerância e o respeito. Ele também discorreu acerca da necessidade de um tratamento mais democrático e igualitário nas escolas por parte da coordenação com os professores, onde muitas vezes estes últimos não são ouvidos, têm suas queixas ignoradas, e desenvolvem problemas relacionados à saúde mental.

Tomando por base a exposição, perguntamos ao estudante como ele enxergava a importância dessas visitas para a defesa da democracia hoje, sobretudo entre os jovens e adolescentes. Para ele, o potencial dessas atividades está na forma como elas lançam luz, de maneira concreta, sobre o passado; em como permitem visualizar a brutalidade e violência das experiências ditatoriais. Tornar palpável esses eventos, seja através de recursos visuais, testemunhos e fontes escritas, esclarece a gravidade desses períodos, e, para o aluno, isso favorece a defesa da democracia.

O IEPIC é um colégio que recebe, todos os anos, muitos estagiários e pibidianos tanto da UFF quanto de outras instituições de ensino superior. Essa presença também foi pauta da conversa. Para o estudante, que afirmou desde o início do ensino médio ter convivido com os universitários, essa presença é muito positiva, pois aproxima os alunos do IEPIC da realidade da universidade, e, nas palavras dele, “dá esperança [...] faz com que os alunos repensem sobre o que fazer no futuro [...] abre as possibilidades”. Fica evidente, nas considerações trazidas por ele, a importância da interação desses estagiários e bolsistas com os alunos, e como ela pode impulsionar o desejo de ingressar no ensino superior.

A partir da visita à exposição e das questões mobilizadas pelos alunos, decidimos realizar, na mesma escola, uma roda de conversa com estudantes do nono ano acerca da relevância do ensino de história, e como eles enxergavam a relação da disciplina com a





democracia. O primeiro ponto de vista defendido foi que no presente, encontramos vestígios do passado, e o estudante citou como exemplo o racismo estrutural na sociedade. Para ele, conhecer a história nos permite compreender melhor a realidade atual. A disciplina também, segundo o estudante, tem uma dimensão formativa, possibilitando nosso desenvolvimento enquanto pessoas éticas.

Em seguida, quisemos saber se eles já haviam tido experiências de visita à exposições e eventos junto com a escola. Infelizmente, somente uma minoria afirmou ter tido. Um deles chamou a atenção sobre como essas visitas são uma quebra da rotina escolar: “é muito importante sair do ambiente da sala de aula [...] você sair abre seu campo, é algo novo, um conhecimento maior, você retém o conteúdo de forma mais fácil”. Dois deles já foram em eventos da UFF, e afirmaram que ao assistir a um documentário transmitido na ocasião, que abordava a questão do consumismo e desigualdade, tiveram uma abertura a novos pontos de vista, que nem sempre seriam possíveis dentro da sala de aula.

Enquanto falávamos sobre o ambiente da universidade, os estudantes ficaram surpresos ao saberem que podiam utilizar a biblioteca do campus para estudo e pesquisa: “Sério? A biblioteca aqui da escola nunca tá aberta...”. Essa frase, dita por uma aluna, toca numa problemática de suma importância: a debilidade da infraestrutura de muitas instituições do ensino básico. Longe de sanar a questão, a utilização do espaço universitário por estudantes do ensino fundamental e médio não apenas os aproximaria da vivência nesse ambiente, mas também pode auxiliá-los em seu cotidiano, na realização de tarefas escolares e afins. Um dos alunos também afirmou que acreditava não haver diferença entre o cotidiano de um estudante na escola e na faculdade. Porém, ao visitar o Instituto de Arte e Comunicação Social da UFF, disse que se surpreendeu positivamente ao ter contato com a diversidade do espaço e com as múltiplas formas de aprendizagem possíveis.

A conversa foi direcionada, então, para a questão do estudo da história e das *fake news*, e o impacto das redes sociais na propagação desses discursos. Para os alunos, a crença nas notícias falsas se dá, sobretudo, por ignorância por parte da população, e afirmaram que para assegurar a veracidade de algo, era necessário buscar em diversas fontes, inclusive historiadores. A falta de estudo das pessoas foi apontada por eles como o principal fator que faz com que estas ataquem a democracia. A internet e as redes sociais, portanto, seriam terrenos férteis para propagação de informações falsas e para distorção dos fatos históricos.

A história, para os alunos, seria capaz de “revelar a verdade”, baseada num discurso científico de fatos que já ocorreram. A relevância das aulas, dessa forma, repousaria na capacidade de informar sobre o passado, visando compreender o presente. Um deles também





defendeu que os professores e historiadores são profissionais capazes de transmitir essa informação, criticando as pessoas que possuem opiniões oriundas do senso comum, sem qualquer respaldo.

Perguntamos, então, qual é a importância da democracia. A resposta de todos, curiosamente, foi a mesma: defesa da liberdade de expressão e possibilidade de coexistência de opiniões diversas. Alguns exemplos partidários foram dados, e os estudantes discorreram acerca da necessidade de respeito entre os posicionamentos, independentes de quais fossem. Como a defesa de “poder falar o que quiser” foi enfática, indagamos se essa liberdade de expressão tinha (ou devia ter) limites. Para os alunos, sim. “Ofensa não é liberdade de expressão”, eles disseram. Todos eles se mostraram bastante conscientes acerca dos riscos que os discursos de ódio mobilizam, podendo desencadear um ciclo de violência física e psicológica.

O ensino de História sempre foi atravessado por disputas políticas, ideológicas e culturais, pois não se trata apenas de transmitir informações sobre o passado, mas de formar sujeitos capazes de compreender criticamente o presente através do estudo do passado. No ensino de História, portanto, os tempos passado e presente são indissociáveis. O contexto atual, marcado pela ascensão de movimentos de extrema direita em várias partes do mundo, inclusive no Brasil, faz com os problemas já existentes se amplifiquem e apresentem novas questões. Além disso, torna-se ainda mais evidente a importância de ensinar e aprender História como um exercício de cidadania, memória e defesa da democracia. O espaço escolar, e particularmente as aulas de História, deve ser entendido como um lugar de disputa pela construção de sentidos sobre o passado e, conseqüentemente, de projetos para o futuro. A sala de aula é, portanto, um espaço político.

A memória, como lembra Elizabeth Jelin (2002), é um terreno de conflito: grupos sociais disputam legitimidade e reconhecimento em torno do que deve ou não ser lembrado. Nesse sentido, a sala de aula se torna um espaço privilegiado para resgatar memórias subalternizadas e construir narrativas históricas plurais, contra hegemônicas, que confrontam os apagamentos promovidos por discursos autoritários. Ensinar História, portanto, é também ensinar a lembrar, a narrar e a dar voz a sujeitos e experiências historicamente marginalizados.

A extrema direita, no Brasil e em outros países, tem se apropriado de narrativas simplificadas e revisionistas, frequentemente amparadas em fake news, para desacreditar a ciência histórica e as instituições democráticas. Frente a isso, o ensino de História assume um papel de resistência, contribuindo para a formação de uma consciência histórica crítica. Jörn





Rüsen (2001) argumenta que a consciência histórica é o modo como os indivíduos atribuem sentido ao tempo, conectando passado, presente e futuro. Uma consciência histórica crítica possibilita que os sujeitos identifiquem manipulações, compreendam a historicidade das instituições e percebam que a democracia, longe de ser um dado natural, é uma construção coletiva e permanentemente ameaçada.

Larrosa (2002), ao refletir sobre a educação, destaca veemente que a prática educacional sempre foi uma experiência que envolve duas facetas: ética e política. Dessa forma, o professor de História, ao escolher conteúdos, fontes e metodologias, está também escolhendo valores a serem transmitidos. É possível optar pelo silenciamento ou pelo confronto de temas sensíveis, como racismo, machismo, LGBTfobia, lutas sociais, dentre outros. Nesse sentido, não há neutralidade possível: ou se contribui para a formação de sujeitos críticos, ou se reforça a reprodução de discursos autoritários e excludentes.

A defesa da democracia, portanto, passa também pela sala de aula, e especialmente, pela escolha política – o que não significa política partidária por parte do professor, embora deva-se destacar como não existe sujeito neutro, e o posicionamento do docente inevitavelmente estará presente na formulação de sua aula. Tendo isso em vista, é importante pensar como os conceitos história e memória se conectam com ainda mais força quando o assunto é a democracia – seja em sua queda ou ascensão.

Em seu texto “História e Ensino de História das Ditaduras no Brasil e na Argentina”, a doutora Juliana Balestra reflete a respeito de como o ensino de história pode contribuir para que se entenda o peso do que é uma ditadura e para que se defenda o estado democrático, entendendo aqui democracia como um estado com regras societárias consensuais. Balestra pontua as diferenças entre como ambos os países lidaram com a memória de suas ditaduras e que “[...] É interessante observar que as memórias requisitadas estão sempre impregnadas por questões relativas ao presente, e não só pelas lembranças dos acontecimentos, pois o passado é sempre pensado a partir do agora. Recordar a ditadura é, então, discutir a atual democracia.” (BALESTRA, 2016, p. 250). Isto é, ao discutir o passado, quase sempre estamos discutindo o presente, o que se observa através dos movimentos revisionistas, por exemplo dos que chamam o golpe militar de “Revolução de 64”, ou aqueles que em 2015, pediram a volta da ditadura.

Ao comparar com o caso Argentino, no qual a ditadura durou menos tempo, mas carregou e carrega marcas profundas na sociedade argentina até os dias atuais, qual seria então a diferença? Como demonstra Balestra (2016), os argentinos tem um feriado nacional específico que comemora a liberdade dos mesmos e o fim da ditadura, instituíram políticas de





memória, fizeram passeatas e, como nos leva ao ponto do presente trabalho, fizeram questão de incluir o debate a respeito da ditadura em seus livros didáticos, no ensino de história.

É necessário voltar a um ponto importante, que é, como Balestra (2016) apontou, recordar é discutir ditadura e democracia. Discutir o passado é discutir o presente, pois esse movimento é feito a partir de demandas de nossa própria contemporaneidade, sobretudo com temas mais recentes tais como a ditadura. Muitos familiares da juventude atual eram crianças ou adolescentes na época do regime, mas pela falta de discussão a respeito do tema, podem ter se tornado adultos conservadores com concepções equivocadas do que foi a ditadura militar. A memória precisa ser discutida e pontuada para que não se torne uma ferramenta política nas mãos da extrema direita, que estará disposta a utilizá-la a seu favor, afinal, a propaganda foi e é uma das formas de manipulação de movimentos autoritários.

O exemplo Argentino é útil para refletir como não só o ensino de história (que não está apenas na sala de aula), mas como políticas públicas, como em museus e afins, constituem meios para formação política dos jovens, mantendo a memória acesa pelas demais gerações. Há de se imaginar o que poderia acontecer se não houvesse professores, historiadores e demais profissionais dispostos a defender a democracia – em conjunto, é claro, com a sociedade. Mais do que falar sobre em um exercício da memória, no caso Argentino houve um esforço para que isso nunca mais acontecesse, punindo os responsáveis, enquanto no Brasil, a grande maioria dos golpistas de 64 teve anistia, e até 2014, com a comissão nacional da verdade, poucos foram os esforços para restaurar e manter a memória da ditadura viva.

O ensino de história precisava e deveria ter acompanhado a transição democrática, os resultados para aqueles que o fizeram são notáveis. A escola pode se tornar, como já foi, um agente para promover a democracia, especificamente neste caso as aulas de história, ao discutirem “educação cívica”, os diferentes passados ditatoriais e seus governantes e os golpes de estado. É comum que muitos estudantes sequer saibam definir o que é um golpe de estado, ou então os termos ditadura e democracia. É papel do professor de história auxiliá-lo nesse processo de aprendizagem, não simplesmente a semântica do termo, mas sim sua aplicabilidade em diferentes contextos através da história, seja em atividades expositivas, exibição de filmes dentro da temática e etc.

Tendo isso em vista, o projeto realizado pelos pibidianos do IEPIC é um excelente exemplo de uma tentativa educacional que exercita os valores democráticos. Além das considerações anteriormente exploradas, a exposição articula inúmeras formas de como o ensino de história tem potencial de reforçar os valores democráticos. A aula, ministrada pela professora Samantha Quadrat, da UFF, valeu-se de diferentes artifícios para manter a atenção





dos jovens, tais como: o som, pois uma pianista tocou uma música de protesto da época, fotos das vítimas, para que os alunos pudessem visualizar a quem estavam se referindo, criando maior proximidade com o conteúdo, e cartas trocadas no período.

Todos estes itens, para além de estimular a atenção dos alunos, também evocam memória e a exercita, para que não se esqueça o que aconteceu, e para que se pense a respeito de forma crítica, levantando questões a respeito de quem eram aquelas pessoas, como morreram –ou, em muitos casos, como tentaram apagar da memória suas existências. A história possui, dessa forma, um dever ético: evitar que as vítimas caiam no esquecimento.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, S; MIRANDA, F. **A cidade, a experiência temporal e a consciência histórica: considerações sobre juventudes urbanas e a responsabilidade escolar.** Nuevas Dimensiones Revista Electrônica de Didáctica de las Ciencias Sociales, Nº 5, 2014.

FONSECA, André Augusto da. **O ensino de história e a formação para a democracia.** / Porto Alegre: André Augusto da Fonseca, 2006. 160 p.

PIROLA BALESTRA, Juliana. **História e Ensino de História das Ditaduras no Brasil e na Argentina.** Antíteses, vol. 9, núm. 18, julio-diciembre, 2016, pp. 249-274 Universidade Estadual de Londrina Londrina, Brasil.

RIBEIRO, T; SAMPAIO, C; SOUZA, R. **La conversación como metodología de investigación.** RAIN, Vol. 2, Nº3, Enero-Junio 2022, pp. 7-18.





RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nos Resultados, deverá constar a esquematização dos dados encontrados, na forma de categorias analíticas e sistematização dos achados empíricos.

Nesta sessão poderão ocorrer o uso de gráficos, tabelas e quadros, atentando para a utilização e identificação segundo as normas da ABNT.

As discussões (análises) geradas a partir dos resultados deverão ser criativas, inovadoras e éticas, de maneira a corroborar com as instruções de pesquisa científicas do país. Levando em

consideração a referencia a autores e teorias, bem como referenciando os resultados encontrados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A última parte do trabalho, também é considerada uma das mais importantes, tendo em vista que nesta sessão, deverão ser dedicados alguns apontamentos sobre as principais conclusões da pesquisa e prospecção da sua aplicação empírica para a comunidade científica. Também se abre a oportunidade de discussão sobre a necessidade de novas pesquisas no campo de atuação, bem como dialogos com as análises referidas ao longo do resumo.

AGRADECIMENTOS (Opcional)

REFERÊNCIAS

Deverão apresentar apenas as referências utilizadas no texto. As referências, com todos os dados da obra citada, devem seguir as normas atuais e em vigor da ABNT.

Ao fazer citação direta no texto o(a) autor(a) deve indicar, entre parênteses, logo depois da referida citação, o nome do(a) autor(a) em letra maiúscula, o ano da publicação e a página em que se encontra a citação. Para citações com mais de três linhas, utilizar recuo de 4 cm, espaçamento simples (1,0) e fonte tamanho 10. Nas referências colocar as informações completas das obras.





EXEMPLOS:

CASTRO, P. A.; SOUSA ALVES, C. O.. Formação Docente e Práticas Pedagógicas Inclusivas. **E-Mosaicos**, V. 7, P. 3-25, 2019.

BAPTISTA, C. R. *et al.* Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas. 2 ed. Porto Alegre: **Mediação**, 2015.

BRASIL. Conselho Nacional da Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica**. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de setembro de 2001. Seção IE, p. 39-40. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em: 06 fev. 2020.

IMPORTANTE:

Após publicados, os arquivos de trabalhos não poderão sofrer mais nenhuma alteração ou correção.

Após aceitos, serão permitidas apenas correções ortográficas. Os casos serão analisados individualmente.

